



ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID-19
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Processo : TC-014760.989.20-2

Entidade : Prefeitura Municipal de Pracinha

Assunto : Acompanhamento Especial – **COVID-19**
Processo de Contas Anuais - TC-002958.989.20-4

**Período
examinado** : Setembro/2020

Responsável : Maurilei Aparecido Dias da Silva

CPF nº : 254.058.838-75

Relatoria : Conselheiro Dr. Dimas Ramalho

Instrução : UR-18 / DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este processo foi autuado com o objetivo de instruir fatos relacionados à gestão municipal das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), sem prejuízo de eventuais análises abrigadas em autos próprios/específicos, o que, se for o caso, será anotado no decorrer do presente.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, que foram efetivados remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, considerando as seguintes fontes:

- a. Normas expedidas no âmbito federal, estadual e municipal regulamentando as ações de combate à pandemia citada;
- b. Comunicados, Notas Técnicas e demais orientações exaradas por esta e. Corte de Contas;



c. Análise de dados carregados nos sistemas disponíveis à fiscalização, tais como Sigeo, Sistema Audesp, entre outros;

d. Pesquisas aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados e outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório visa apresentar as análises efetuadas pela Fiscalização, considerando a relevância do tema, sob a ótica dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística referente ao mês ora relatado:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a COVID-19	17
Número de casos em análise da COVID-19	0
Número de casos descartados da COVID-19	16
Número de casos confirmados da COVID-19	03
Número de casos recuperados da COVID-19	19
Número de óbitos confirmados de COVID-19	00
Número de óbitos suspeitos de COVID-19	00
Número de óbitos descartados de COVID-19	00
Número de leitos na enfermaria existentes	00
Número de leitos na enfermaria ocupados	00
Número de leitos na UTI existentes	00
Número de leitos na UTI ocupados	00

A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, a origem informou o seguinte (doc.1):

- Houve edição do decreto de calamidade pública ou de estado de emergência, tendo sido reconhecido pela Assembleia Legislativa.



- b. Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à COVID-19;
- c. Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise;
- d. A Administração realiza divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à COVID-19, por meio de Rádio, site e panfletos;
- e. Não foi elaborado plano municipal de enfrentamento à COVID-19;
- f. Existem instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à COVID-19
- g. O Município está divulgando todos os atos, as receitas e as despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, em conformidade **parcial** com o Comunicado SDG nº 18/2020, conforme referido no item D.2 deste relatório.

B. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

B.1. DAS RECEITAS

Preliminarmente, conforme informado pela origem, não houve queda de arrecadação, considerando, que o final do período, a receita estimada era de R\$ 9.057.750,00, e a arrecadada foi de R\$ 9.463.872,31.

Ainda, informou que houve recebimento de receitas estaduais e federais destinadas ao enfrentamento da pandemia, cuja verificação realizada pela Fiscalização no período, sob amostragem, constatou o seguinte:

- a. Houve o recebimento do valor de R\$13.015,08 de receita oriunda do Fundo Nacional de Saúde (Doc. 3), a qual não consta do rol de receitas recebidas no site da transparência municipal (Doc. 2). Assim, em que pese o fato de a Origem ter informado como valor dos recursos federais recebidos de R\$498.689,33, o valor correto,



considerando o valor de R\$13.015,08 recebido, seria de R\$500.352,41 (498.689,33 + 13.015,08 – 11.352,00).

B.2. DAS DESPESAS

Conforme informado pela origem, houve despesas destinadas ao enfrentamento da pandemia, cuja verificação realizada pela Fiscalização no período, sob amostragem, não constatou irregularidades.

B.3. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

A origem informou e a Fiscalização constatou o seguinte (doc. 1):

- a. Não houve a elaboração de plano de contingência orçamentária;
- b. A Prefeitura não realizou medidas de contingenciamento; porém, não foi constatado até o momento queda de arrecadação;
- c. A Câmara não adotou medida para auxiliar a Prefeitura no combate à pandemia, não obstante, não foi solicitado por esta qualquer medida a respeito;
- d. Não houve renúncia de receita até momento;
- e. Houve abertura de créditos extraordinários, cuja análise não revelou irregularidades;
- f. Das reservas de contingência previstas no orçamento, não houve utilização para despesas de combate à pandemia até o momento;
- g. Não houve requisição de bens ou serviços de particular destinada ao enfrentamento da COVID-19;
- h. Não foram regulamentadas localmente as proibições relacionadas no artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 2020. (Citar o instrumento normativo).

C. DAS FUNÇÕES DE GOVERNO

C.1. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No contexto da pandemia, a origem, consoante doc. 1, informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social vem tomando medidas de enfrentamento aos efeitos da COVID-19 sobre a população, sendo as mais relevantes:

- i. Flexibilização das atividades presenciais aos usuários na Secretaria de Assistência Social, CRAS e Centro de Atendimento à Criança e Adolescente, com prioridade para atendimentos graves e urgentes;
- ii. Realização de atendimento por telefone e internet;
- iii. Disponibilização pela Secretaria de Assistência Social de equipamentos de proteção individual e material de higiene para os funcionários e pessoas atendidas;
- iv. Doação de máscaras à população e cestas básicas às famílias vulneráveis.

Sob amostragem, as verificações empreendidas pela Fiscalização no período não constatarem falhas.

Consignamos, porém que, conforme resposta da Origem ao questionário, houve distribuição de recursos financeiros de origem municipal à população carente (auxílio emergencial municipal), em decorrência da crise da COVID-19, no valor total de R\$67.400,50 a 453 pessoas do município até a presente data.

C.2. DA EDUCAÇÃO

No contexto da pandemia, a origem, consoante doc. 1, informou que a Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Consequentemente, vem tomando as seguintes medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem:

- i. Aulas remotas com professores explicando o conteúdo diário por meio de vídeos, áudios, orientações individuais e coletivas através de whatsapp;



- ii. Disponibilização de apostilas aos alunos para desenvolvimento de atividades em casa, com o apoio da família e orientação dos professores;
- iii. Envio de livros didáticos (PNLD) literários, Ler e Escrever e Emai aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- iv. Planejamento de atividades lúdicas de acordo com o nível de aprendizagem do aluno e envio de cartilhas ilustrativas sobre o Coronavírus.

Sob amostragem, as verificações empreendidas pela Fiscalização no período não constataram falhas.

Ademais, conforme informado pela origem, não houve distribuição de merenda escolar ou medida substitutiva (cartão alimentação, cestas básicas) aos alunos da rede pública de ensino municipal, durante a suspensão total das aulas presenciais.

C.3. DA SAÚDE

No contexto da pandemia, a origem, consoante doc. 1, informou que a Secretaria Municipal de Saúde vem tomando medidas de enfrentamento aos efeitos da COVID-19 sobre a saúde da população, sendo as mais relevantes:

- i. Triagem como forma de reduzir a circulação de pessoas na unidade de saúde, para posterior encaminhamento para consulta ou orientação, com a finalidade de reduzir aglomerações desnecessárias;
- ii. Disponibilização de máscaras aos pacientes que não as possuem;
- iii. Distribuição de máscaras a todas as famílias do município;
- iv. Atendimento em sala apropriada aos que apresentarem quadro de síndrome gripal.

Sob amostragem, as verificações empreendidas pela Fiscalização no período não constataram falhas.

Por fim, de bom alvitre consignar que o Município não é referência no atendimento a pacientes da COVID-19.



D. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

D.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS

Como demonstrado no item B.1 deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles verificados pela Fiscalização.

D.2. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causado pela COVID-19.

Ao final do período, foi constatada a seguinte falha:

-Conforme relatado no item B.1, houve receita recebida do Fundo Nacional de Saúde que não constou das informações inseridas no site da transparência da Prefeitura Municipal de Pracinha.

Ressaltamos, ainda, com base nas informações acima, que foi dado cumprimento parcial à determinação da E. Presidência, exarada no Comunicado GP nº 13/2020, publicado no D.O.E. de 14 de maio de 2020.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

ITEM A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

-Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise.

-Não foi elaborado plano municipal de enfrentamento à COVID-19.

ITEM B.1. DAS RECEITAS

- Houve o recebimento do valor de R\$13.015,08 de receita oriunda do Fundo Nacional de Saúde, a qual não consta do rol de receitas recebidas no site da transparência municipal. Assim, em que pese o fato de a Origem ter informado como valor dos recursos federais recebidos de R\$498.689,33, o valor correto, considerando o valor de R\$13.015,08 recebido, seria de R\$500.352,41 (498.689,33 + 13.015,08 – 11.352,00).

ITEM B.3. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

-Não houve a elaboração de plano de contingência orçamentária.

ITEM D.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS

Como demonstrado no item B.1 deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles verificados pela Fiscalização.

D.2. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

-Foi dado cumprimento parcial à determinação da E. Presidência, exarada no Comunicado GP nº 13/2020, publicado no D.O.E. de 14 de maio de 2020, tendo em vista a ausência de informações no site da transparência municipal de receita recebida do Fundo Nacional de Saúde, em descumprimento do contido no Comunicado SDG 18/2020.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-18.2, 06 de Outubro de 2020.

Eurico Marcos Pereira de Souza
Agente da Fiscalização